

**HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA Nº 2.292 - US  
(2018/0290607-4)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**REQUERENTE : S S**  
**ADVOGADA : LARISSA FONSECA DOS SANTOS E SILVA - DF022766**  
**REQUERIDO : I S**

**DECISÃO**

S. S. formulou pedido de homologação da sentença estrangeira proferida pelo Tribunal Superior de Nova Jersey, Condado de Hunterdon, Estados Unidos da América, que dissolveu seu casamento com I. S. e ratificou o acordo de partilha de bens e respectivo adendo, incorporando-os ao texto do título.

O requerente informou que não tem interesse em estender os efeitos da homologação do título judicial aos acordos por este ratificados (fl. 42).

A requerida anuiu ao pedido de homologação (fl. 8), o que dispensa o procedimento de citação.

O Ministério Público Federal não se opôs à homologação (fl. 63).

É o relatório. Decido.

Os documentos necessários à pretensão foram devidamente apresentados. Consta dos autos a sentença estrangeira de divórcio (fls. 12-13), acompanhada de apostila (fl. 11) e traduzida por profissional juramentado no Brasil (fls. 17-18), bem como a comprovação do trânsito em julgado (fl. 12).

Os pressupostos indispensáveis ao deferimento do pedido foram, pois, observados (arts. 216-C e 216-D do RISTJ). Ademais, a pretensão não ofende a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e a ordem pública nem os bons costumes (arts. 17 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e 216-F do RISTJ).

Ante o exposto, **homologo o título judicial estrangeiro de divórcio sem estender os efeitos da homologação aos acordos nele mencionados.**

Expeça-se a carta de sentença.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**

Presidente

